

10 SET 1997

CORREIO BRAZILIENSE

EDUCAÇÃO

Ministério decide limitar concessão de bolsas de estudo

As instituições de mestrado, doutorado e pós-doutorado do País não poderão, em 1998, aumentar o número de bolsas de estudo financiadas pelo governo. "Queremos, no ano que vem, manter o número de bolsas deste ano, que é próximo ao ideal para nossa realidade", disse o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. "As instituições de ensino terão de adotar critérios mais seletivos na concessão dessas bolsas", comentou.

Os números dos orçamentos das instituições de financiamento a ensino e pesquisa para o ano que vem mostram que o anúncio do ministro é até otimista. As verbas previstas para bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes) terá um corte, para 1998, de aproximadamente R\$ 40 milhões em relação a este ano. O corte nas bolsas do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) será de quase R\$ 25 milhões. As duas instituições negociam com a equipe econômica uma redução desses cortes.

A limitação na concessão de bolsas reflete a preocupação do governo com a eficiência do sistema de bolsas de estudo no ensino superior, manifestada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Em discurso na abertura da 6ª Conferência Geral da Academia de Ciências do Terceiro Mundo, segunda-feira, no Rio, o presidente reclamou do aumento — "12% ao ano" — do número de bolsas concedidas a estudantes. "O número de estudantes que se formam nas universidades, proporcionalmente, não tem aumentado", comparou.

O orçamento da Capes e CNPq chega anualmente a R\$ 900 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 600 milhões se destinam ao pagamento de bolsas. Essa quantia é quase um décimo de todo o dinheiro destinado pelo Ministério para a educação superior.

PERMANÊNCIA

Para o presidente, a falta de correspondência entre o número de formados e a quantidade de bolsas concedidas é sinal de que bolsistas podem estar prolongando sua permanência na universidade por não encontrarem lugar no mercado de trabalho.

"Temos um problema de baixa produtividade do sistema, tem gente ficando tempo demais", reconhece o presidente da Capes, Abílio Afonso Baeta Neves. Ele informa que o tempo médio de permanência de alunos no mestrado é de mais de três anos, quando deveria ser de dois anos e meio. E a permanência no doutorado chega a seis anos, quando não deveria passar de quatro anos e meio. "É preciso formar esses estudantes mais próximo do tempo real, se não, alguma coisa está fazendo água", comenta.

Para a Capes, porém, o problema mais grave é bem diferente do apontado pelo presidente da República. "A grande preocupação nossa é o pessoal que some do sistema. Antes de concluir a dissertação final do curso, é chamado para a iniciativa privada", diz Baeta Neves.

Segundo o presidente da Capes, que também é secretário de Ensino Superior do Ministério, o governo estuda modificações no sistema de pós-graduação, para permitir cursos voltados à formação profissional, com menos tempo e sem os requisitos — como a dissertação final — exigidos de quem pretende seguir carreira acadêmica.

O número de bolsas de estudo mantidas no País a cada ano aumentou, de 1993 a 1997, cerca de 19% na Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes) e mais de 29% no CNPq, se somadas também as bolsas de pesquisa, iniciação científica e outros tipos de aperfeiçoamento. Hoje, o governo financia os estudos de aproximadamente 36,5 mil estudantes de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil. As bolsas de estudo do CNPq no exterior somam mais 1,7 mil estudantes.

A evolução desses números varia, porém, de acordo com a instituição e o tipo de bolsa. As 14,5 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no País fornecidas pelo CNPq no ano passado, por exemplo, significam uma queda de 9%, de 1995 para 1996. Já as 22 mil bolsas financiadas pela Capes em 1996 representam um aumento de 10% em relação ao ano anterior.